

JAIMIR R. REZNER

ADVOGADO OAB/PR 97885

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA ____ª VARA DA CÍVEL
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU – ESTADO DO PARANÁ

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TRES FRONTEIRAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 77.806.750/0001-80, com endereço na Rua Arquiteto Décio Luis Cardoso, nº 469, Centro, CEP: 85851-445, na cidade de Foz do Iguaçu/PR, por intermédio de seus procuradores (procuração em anexo), com escritório profissional sito na Av. Jorge Schimmelpfeng, nº 600, sala 11, Edifício Comercial Center Foz, Centro, na cidade de Foz do Iguaçu/PR, onde recebem intimações e notificações, vêm respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 47 e 48 da Lei 11.101/2005, requerer a presente:

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

para possibilitar recuperação da crise econômico-financeira ora sofrida pela Empresa Requerente, o que faz com base nos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. INTRODUÇÃO.

A recuperação judicial é instituto criado pelo legislador brasileiro e festejado pela doutrina, voltado a permitir o soerguimento de empresa viável, possibilitando sua manutenção no mercado, a preservação dos postos de trabalho e a salvaguarda dos interesses dos credores. Por meio da recuperação judicial os ideais de função social da empresa e do estímulo à livre iniciativa são concretamente colocados em prática, de forma que o Estado concede ao empresário importante mecanismo para possibilitar a viabilidade econômica de sua atividade.

JAIMIR R. REZNER

ADVOGADO OAB/PR 97885

Destacando esses escopos, dispõe o artigo 47 da Lei 11.101/2005:

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Sobre o tema, é oportuno o magistério de Jorge Lobo:

Recuperação judicial é o instituto jurídico, fundado na ética da solidariedade, que visa sanear o estado de crise econômico-financeira do empresário e da sociedade empresária com a finalidade de preservar os negócios sociais e estimular a atividade empresarial, garantir a continuidade do emprego e fomentar o trabalho humano, assegurar a satisfação, ainda que parcial e em diferentes condições, dos direitos e interesses dos credores e impulsionar a economia creditícia, mediante a apresentação, nos autos da ação de recuperação judicial, de um plano de reestruturação e reerguimento, o qual, aprovado pelos credores, expressa ou tacitamente, e homologado pelo juízo, implica novação dos créditos anteriores ao ajuizamento da demanda e obriga todos os credores a ela sujeitos, inclusive os ausentes, os dissidentes e os que se abstiveram de participar das deliberações da assembleia geral.¹

Ocorre que problemas relacionados com o setor da educação permeiam o Brasil, as dificuldades, em um setor que concentra o ponto de partida para o desenvolvimento de todos os outros ramos, acabam por interferir de maneira macro o ensino, isto é, não apenas aos alunos ou aos educadores, mas também ao governo e as próprias instituições de ensino.

¹ LOBO, Jorge, Da recuperação judicial. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. (Coord: TOLEDO, Paulo F. C. Salles de; ABRÃO, Carlos Henrique). São Paulo: Saraiva, 2005. p. 104 e 105.



JAIMIR R. REZNER

ADVOGADO OAB/PR 97885

As razões da Requerente, em relação a esta crise são diversas e serão caracterizadas, detalhadamente, em cumprimento ao disposto no art. 51, inciso I, da Lei 11.101/05.

Com o objetivo de solucionar as causas da crise antes que suas consequências se tornem irreversíveis, a Autora identifica na recuperação judicial o meio mais propício para alcançar a sua reorganização e, evidentemente, saldar o seu passivo.

Tal pleito merece provimento pois, muito embora a Requerente esteja atravessando um momento delicado, causado por problemas internos de sua gestão, há chances reais de superação da crise, uma vez que a empresa é economicamente viável e preenche todos os requisitos previstos no artigo 51 da Lei 11.101/2005. É o que se busca demonstrar.

2. DA HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

No que tange ao contexto histórico, há mais de três décadas, a Universidade de Foz do Iguaçu – UNIFOZ- zela pelo ensino superior de qualidade nesta comarca, formando mais de 5000 (cinco mil) profissionais do direito, e aproximadamente 1500 (mil e quinhentos) de administração ; neste período também formou profissionais em Hotelaria e inúmeros especialistas (Pós Graduação) em diferentes áreas.

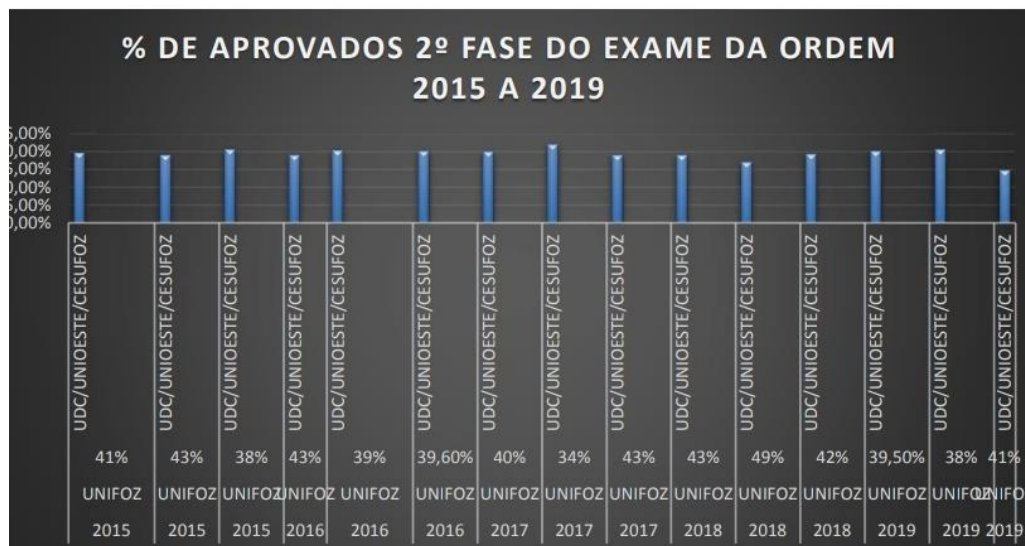
A UNIFOZ foi fundada em 14 de abril de 1989 estando atualmente com trinta e um anos de tradição de ensino de qualidade no Oeste do Paraná. É a instituição mais antiga da região, e também a que mais aprovou no exame da Ordem dos Advogados do Brasil em todo o Estado do Paraná, recebendo com isso, no ano de 2012, uma moção de aplauso da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por esta conquista única.

E desde então mantivemos o maior índice de aprovados comparados aos concorrentes, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



JAIMIR R. REZNER

ADVOGADO OAB/PR 97885



A Unifoz prioriza a participação no processo de ensino aprendizagem, motivo pelo qual muitos buscam a UNIFOZ, conhecida e reconhecida pela qualidade do ensino e confiança nos cursos oferecidos Direito, administração e hotelaria.

A confiança de gerações de nossos ex-alunos que imprimem a nossa marca fundamental, pela qual é reconhecida a UNIFOZ que é a única Instituição de Ensino Superior de Foz de Iguaçu que deixou de ser apenas uma escola de ensino superior e se transformou em uma grande família, a Família UNIFOZ, onde o aluno sabe que vai encontrar um ambiente sério, respeitoso e voltado para o conhecimento e, por outro lado, a sua família saberá que poderá confiar os seus filhos, cônjuges e parentes em geral. Fato este facilmente comprovado quando se observa o quadro de alunos atuais e se constata que são filhos e até mesmo netos de ex alunos da instituição. Outro fato notório e encontrado no quadro de docentes onde egressos se tornaram mestres e ensinamentos e aprendizados são compartilhados de geração em geração.

3. CRISE FINANCEIRA (Art. 51, I, DA LEI 11.101/2005).

Muito embora a trajetória acima esboçada revele uma história de sucesso, no último ano, especialmente a partir de janeiro de 2019, a instituição de ensino Requerente, passou a experimentar os efeitos da crise.

JAIMIR R. REZNER

ADVOGADO OAB/PR 97885

Preceitua-se na Lei 11.101/05, que para o deferimento do processamento da recuperação judicial o que importa é que a devedora atenda aos requisitos do art. 48 do mesmo diploma legal e que a inicial satisfaça as exigências do respectivo art. 51.

Eis o texto do art. 51 da Lei 11.101/05, in verbis: Art. 51.

A petição inicial de recuperação judicial será instruída com:

I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;

II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração de resultados acumulados;
- c) demonstração do resultado desde o último exercício social;
- d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;

III – a relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente;

IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;

V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;



JAIMIR R. REZNER

ADVOGADO OAB/PR 97885

VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;

VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;

VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;

IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.

Resta verificar estes fatores, trazendo ao processo um arcabouço de informações, a fim de que sirvam elas, posteriormente, de substrato para que os credores deliberem acerca do plano de recuperação (sem prejuízo de quaisquer outras informações que venham a ser solicitadas por estes, pelo administrador judicial e, sobretudo, pelo juízo).

Ao par disso, é fundamental salientar que, se por um lado a crise da Autora é presente e relevante, isso não significa, por modo algum, que seja irreversível.

A propósito, é justamente para a superação da crise que se presta o instituto da Recuperação Judicial.

Por sua inteira propriedade, transcreve-se a seguir a lição do referido autor, in verbis:

“O instituto de recuperação vem desenhado justamente com o objetivo de promover a viabilização da superação desse estado de crise, motivado por um interesse na preservação da empresa desenvolvida pelo devedor. Enfatize-se a figura da empresa sob a ótica de uma unidade econômica que interessa manter, como um centro de equilíbrio econômico-social. É, reconhecidamente, fonte produtora de bens, serviços, empregos e tributos que garantem o desenvolvimento econômico e social de um país. A sua manutenção consiste em

JAIMIR R. REZNER

ADVOGADO OAB/PR 97885

conservar o 'ativo social' por ela gerado. A empresa não interessa apenas a seu titular – o empresário -, mas a diversos outros atores do palco econômico, como os trabalhadores, investidores, fornecedores, instituições de crédito, ao Estado, e, em suma, aos agentes econômicos em geral. Por isso é que a solução para a crise da empresa passa por um estágio de equilíbrio dos interesses públicos, coletivos e privados que nela convivem. (...) Conceitualmente, a recuperação é a regra e a falência a exceção. Esse é o espírito a conduzir a exegese dos preceitos da Lei nº 11.101/2005".²

Com efeito, somente a partir da identificação das causas da crise é que se pode pretender a busca e a implementação de soluções.

Dentre as causas e circunstâncias da crise que assolam a instituição, que adiante serão pormenorizadas, verificam-se, entre outras:

- a) Crise econômica nacional e o reflexo na educação;
- b) Crise institucional na educação do Brasil;
- c) Declínio do FIES - Fundo de Financiamento Estudantil;
- d) Pagamento de ações trabalhistas;
- e) Desequilíbrio econômico-financeiro;
- f) Inadimplência;
- g) Endividamento bancário;
- h) Retenção de valores em processos judiciais.

Como esta petição já expôs todo o histórico da Requerente, bem como as causas que deram azo à crise econômico financeira ora atravessada, resta, apenas, avaliar os requisitos formais para propositura da Recuperação Judicial, ou seja, se esta peça se encontra devidamente instruída nos termos do artigo supracitado.

² Campinho, Sérgio. Falência e Recuperação de Empresa – O Novo Regime da Insolvência Empresarial. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 120-121.



JAIMIR R. REZNER

ADVOGADO OAB/PR 97885

4. DOS REQUISITOS PARA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL – POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.

A recuperação judicial é procedimento específico que pode ser requerido somente por empresas ou sociedades empresárias que estejam em situação de crise econômico-financeira. O pedido visa a manter sua atividade econômica até a superação daquela conjuntura, preservando, assim, além da própria empresa, os postos de trabalho de seus colaboradores e os interesses dos credores.

De acordo com Fábio Ulhoa COELHO:

Os objetivos delas [recuperação judicial e recuperação extrajudicial] são iguais: saneamento da crise econômico-financeira e patrimonial, preservação da atividade econômica e dos seus postos de trabalho, bem como o atendimento aos interesses dos credores. Diz-se, que, recuperada, a empresa poderá cumprir sua função social.³

Neste diapasão, por ser procedimento específico, a Lei 11.101/2005 regula claramente os requisitos para a propositura da ação, bem como elenca os documentos indispensáveis para que esta tenha seu curso natural.

Dispõe o artigo 48 da Lei 11.101/2005:

Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;

II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;

³ COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. Contratos. Falência. Recuperação de Empresas. Vol. 3. 12ª ed. São Paulo: Saraiva. 2011. p. 403/404 – itálicos nossos.



JAIMIR R. REZNER

ADVOGADO OAB/PR 97885

III – não ter, há menos de 8 (oito) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo;

IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

A requerente preenche o requisito previsto no caput da norma supra – exercício regular das atividades há mais de 02 anos, conforme fazem prova as certidões simplificadas anexas.

Quanto às condições dispostas nos incisos I ao IV do artigo em análise, as certidões anexadas com a peça exordial comprovam que a empresa nunca passou por qualquer forma de falência ou recuperação judicial, bem como, seus sócios e administradores possuem reputação ilibada, nunca tendo sido condenados por quaisquer crimes referidos na Lei de Recuperação Judicial e Falência.

Preenchidos estes pressupostos, resta a demonstração de que toda a documentação está de acordo com os padrões legais e a comprovação de que as empresas estão em situação de crise econômico-financeira, necessitando, portanto, da recuperação judicial ora requerida e da consequente renegociação das dívidas com os credores, para que possa se restabelecer.

De acordo com a documentação anexada, a Autora traz todos os instrumentos exigidos por lei, cumprindo os requisitos necessários para o processamento do pedido de Recuperação Judicial.

O plano de Recuperação Judicial será apresentado no prazo legal do artigo 53, da Lei 11.101/2005, qual seja, 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação da decisão que deferir o pleito.

Desse modo, diante do preenchimento das condições previstas em lei, requer-se o processamento da presente Recuperação Judicial.



JAIMIR R. REZNER

ADVOGADO OAB/PR 97885

5. DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DE LIMINAR.

O caput, do artigo 6º, da Lei n.º 11.101/2005 prevê, de forma automática, a suspensão de todas as ações e execuções ajuizadas em face do devedor a partir do deferimento do processamento da recuperação judicial.

Apesar de se tratar de disposição legal que independe de requisitos específicos, no caso em tela necessário se faz reiterar a imprescindibilidade da suspensão das medidas judiciais e, das constrições de ativos financeiros constantes em contas correntes que serão abertas em nome da Recuperanda, para que volte a operar.

Devem igualmente ser levantadas todas as penhoras já efetivadas, para que os bens da Recuperanda possam servir para os propósitos de superação da crise, e não para garantia de credores pontuais.

Para tanto, além da determinação de suspensão das ações e execuções, bem como de levantamento das penhoras, requer-se haja reforço da determinação judicial, com menção específica à impossibilidade de arresto de ativos financeiros, evitando eventuais interpretações distorcidas por parte dos juízos ordinários.

6. DA JUSTIÇA GRATUITA

A Empresa Requerente não tem como suportar os ônus do processo, conforme declaração inclusa, razão pela qual requer que se digne Vossa Excelência a Justiça Gratuita, em conformidade com o artigo 1º e 3º da Lei nº 7.115 de 28 de Agosto de 1983, dando nova redação a Lei nº **1.060** de 05 de Fevereiro de 1950.

Desse modo, conseqüentemente, torna-se inviável o custeio das despesas processuais e o pagamento dos honorários advocatícios, pleiteando, portanto, os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, assegurados pela Lei nº 1060/50 e consoante o art. 98, *caput*, do novo CPC/2015.



JAIMIR R. REZNER

ADVOGADO OAB/PR 97885

7. PEDIDOS.

Diante do exposto, é a presente para requerer:

- a) o deferimento do pedido de processamento da recuperação judicial;
- b) liminarmente, seja determinada a suspensão de todas as ações e execuções ajuizadas em face da Autora, bem como o levantamento de todas as penhoras e constrições realizadas, com menção específica à impossibilidade de arresto de ativos financeiros (dinheiro em conta – Bacenjud –, aplicações financeiras e valores mobiliários);
- c) a expedição de ofício para todos os cadastros de restrição ao crédito e para os cartórios de protesto de Foz do Iguaçu/PR, para que sejam baixadas todas as anotações e restrições em nome das Recuperanda;
- d) a concessão de prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação do plano de recuperação judicial, nos termos do artigo 53 da Lei 11.101/2005;
- e) a nomeação de administrador judicial, conforme o artigo 52 da mesma Lei;
- f) a intimação do Ministério Público e a comunicação por carta às Fazendas Públicas da União, Estados e Municípios em que a empresa Requerente possui estabelecimento, nos termos do artigo 52, inciso V, da Lei 11.101/2005;
- g) a suspensão de todas as ações ou execuções em que a Requerente figure como devedora, de acordo com o artigo 6º e 52, inciso III, ambos da Lei 11.101/2005;
- h) a expedição de edital para que no prazo de 15 (quinze) dias, os credores habilitem seus créditos ou apresentem divergência, nos termos do paragrafo 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005;
- i) ao final, a homologação do plano de Recuperação Judicial que será apresentado no prazo legal;
- j) a distribuição urgente do presente pedido, em razão da gravidade dos fatos ora expostos;
- k) Seja acolhido o pedido de justiça gratuita;
- l) a produção de todas as provas em direito admitidas;



JAIMIR R. REZNER

ADVOGADO OAB/PR 97885

Dá-se à causa o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Termos em que, pede deferimento.

Foz do Iguaçu, 01 de setembro de 2020.

